



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681232 - MG (2021/0225133-8)

RELATOR : MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : MARCIO MIGUEL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MARCIO MIGUEL em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Agravos em Execução n. 1.0145.06.327872-8/001).

O paciente foi condenado à pena de 19 anos, 8 meses e 4 dias, em regime fechado, tendo sido negada a concessão das saídas temporárias.

A impetrante sustenta que se encontram preenchidos os requisitos do art. 123 da LEP, não sendo suficiente para macular o requisito subjetivo a consideração desfavorável tão somente de faltas graves há muito superadas, sobretudo levando em conta que o Juízo *a quo* as entendeu como insuficientes ao indeferimento da progressão de regime.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem para, suspender os efeitos do acórdão impugnado, até final julgamento de mérito desta impetração. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que se defira, em favor do paciente, o benefício do livramento condicional.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

AGRAVO EM EXECUÇÃO – SAÍDAS TEMPORÁRIAS
–REQUISITO SUBJETIVO NÃO PREENCHIDO – EXEGESE DO
ART. 123 DA LEP – CONCESSÃO DO BENEFÍCIO
–IMPOSSIBILIDADE. O reeducando que ostenta uma constelação de
faltas graves reconhecidas, dentre as quais várias decorrentes do

descumprimento do instituto das saídas temporárias, não preenche o requisito de natureza subjetiva, não havendo falar-se na concessão desse benefício ante o mau comportamento demonstrado durante a execução da pena (TJMG -Agravos em Execução Penal 1.0145.06.327872-8/001, Relator: Des. Fortuna Grion, 3ª Câmara Criminal, julgamento: 29/06/2021)

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente